



JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS

PROFESSOR ASSOCIADO
DO ISCTE-IUL/INVESTIGADOR
SÉNIOR DO CIES-IUL

CONGRESSO “DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO”

ASSOCIATIVISMO, SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA

Sumário:

Introdução

- 1 - Implicações cívicas e democráticas das associações**
- 2 - Padrões de envolvimento associativo: o caso português numa perspetiva comparativa e evolutiva**

Conclusões

Introdução

Este texto tem, como primeiro objetivo, apresentar algumas reflexões sobre as implicações que o envolvimento associativo poderá ter na cidadania e na vivência democrática. Pretendemos dar resposta a perguntas como: a participação associativa tem consequências na adesão dos indivíduos aos valores e normas de cidadania? As associações melhoram a integração social? Que outras funções podem desempenhar as associações voluntárias? Qual o contributo das associações para uma sociedade civil forte? Como se explica a importância conferida às associações, se tão poucas pessoas participam? Que diferenças existem entre as diversas modalidades associativas? Que tipologia de associações adotar?

Um segundo objetivo, e no quadro das considerações teóricas anteriormente feitas, consiste na apresentação de alguns dados sobre a participação associativa em Portugal e em outros países europeus. Pretendemos analisar o nível de participação associativa em Portugal nas diferentes modalidades e tipos de associações, dando atenção especial à perspectiva evolutiva da participação, na última década. Para avaliarmos melhor esse nível de participação, apresentaremos dados referentes a outros países europeus que nos permitam fazer a comparação da participação associativa no nosso país com a que se regista em outros contextos europeus. Neste campo pretendemos responder às seguintes perguntas: o envolvimento associativo em Portugal é baixo? Em todas as modalidades associativas? Com que países europeus nos podemos comparar? Qual o contributo das associações para uma sociedade civil forte? Qual o peso das associações que mais contribuem para a sociedade civil?

Finalmente, nas conclusões, salientaremos as características do envolvimento associativo português, com alguns apontamentos prospetivos.

1 – Implicações cívicas e democráticas das associações

O reconhecimento das virtualidades cívicas e políticas do envolvimento associativo remonta à obra *A Democracia na América* de Alexis de Tocqueville (edição portuguesa de 2001). É surpreendente verificar que as análises feitas pelo autor no século XIX, sobre os efeitos cívicos da participação associativa, ainda hoje inspirem teoricamente diversos autores.

Para aquele autor, os indivíduos, ao envolverem-se em associações, não só interiorizam valores cívicos de cooperação e reciprocidade, como desenvolvem atitudes de confiança e se capacitam para a intervenção na esfera pública e na esfera política, em particular.

O autor considerava que o individualismo dos tempos modernos conduzia os cidadãos a centrarem-se na sua vida pessoal e familiar, desvalorizando a vida da comunidade a que pertenciam, e a política em geral. Ora, esse desligar da política era perigoso porque, sem o controlo dos cidadãos, o poder político poderia ser conquistado por um déspota, ou um pequeno grupo político bem organizado (Tocqueville, 2001).

As associações voluntárias, ao incitarem os cidadãos para a participação na vida pública e política, favorecem o escrutínio político dos detentores do poder pelos cidadãos.

As virtualidades das associações manifestavam-se a nível individual mas projetavam-se a nível nacional. Indivíduos mais participativos, desenvolviam, a nível pessoal, valores e normas de cidadania, e, a nível nacional, criavam as condições para o escrutínio das instituições e dos agentes políticos.

Existem, no entanto, argumentos que pretendem contrariar os aspetos positivos das associações. Um primeiro argumento, é que a investigação empírica não confirma de maneira clara e generalizada as virtudes cívicas do envolvimento associativo. As evidências, na análise estatística, quando aparecem, são ténues (Robteutscher, 2000). Outros invocam o efeito de feição e o fechamento social de algumas associações, que em vez de promoverem a solidariedade, incitam à desconfiança relativamente aos que estão no exterior (Roseblum, 1998). Finalmente invoca-se a baixa percentagem dos indivíduos que participam

ativamente nas associações, deduzindo daí que as implicações democráticas nunca poderiam ser importantes. No desenrolar do texto iremos responder a estas objeções.

A verdade é que, apesar de todas estas críticas e reservas, persistiu sempre a ideia, que chegou aos nossos dias, de que a participação em associações tem efeitos benéficos na cidadania e na vivência democrática em geral.

A tão divulgada teoria do *capital social* de Putman (1993; 2000) é devedora, em muitos aspetos, de Tocqueville. Para Putman, os indivíduos de uma dada comunidade, ao pertencerem a redes formais e informais, desenvolvem normas de cooperação social, em particular confiança nos outros que, no seu conjunto, definem o *capital social* dessa comunidade. O *capital social* aplica-se a um país, região ou qualquer outra comunidade e permite avaliar o nível de cooperação e confiança nesse todo social, com implicações diversas: o desenvolvimento da consciência cívica e política, a integração social, bem como a aquisição de competências com efeitos positivos no campo económico e institucional.

A designada *democracia associativa*, reconhece também os efeitos benéficos das associações, mas a sua proposta normativa é mais global. Estes autores (Cohen e Rogers (1995), propõem uma delegação de poderes do Estado nas associações segundo fórmulas institucionais em tudo análogas a uma concertação social alargada. Os benefícios do associativismo na educação cívica dos indivíduos são considerados, mas o acento tónico é posto nas relações institucionais entre o Estado e as associações.

O modelo normativo da *democracia participativa* nunca foi implementado, mas ele permite-nos fazer a ligação para as implicações das associações em outros níveis que não o individual, isto é, a nível da esfera pública e política. Neste campo, o papel mais óbvio e conhecido das associações é o de representação de interesses e identidades. Estamos-nos a referir aos sindicatos, às associações patronais, às associações profissionais, por exemplo. No campo laboral essas associações têm mesmo um *forum* próprio de deliberação e tomada de decisão, conjuntamente com o poder executivo – a concertação social.

Para além do papel institucional de representação de interesses, as associações também contribuem para o debate na esfera pública e para a

deliberação democrática. São elas que transpõem para o espaço público os problemas vividos pelos indivíduos na esfera privada, reformulando-os em problemas sociais, que serão objecto de discussão pública alargada, em grande parte através dos meios de comunicação social. Os *media* devolvem aos indivíduos uma leitura plural e social dos seus problemas, num processo que é simultaneamente enriquecedor da deliberação democrática e da consciência social e política dos cidadãos. Em muitos casos, os *outputs* desta discussão pública servirá para o debate político.

Esta função institucional de representação de interesses, que relevam da sociedade civil, através da organização livremente para apresentar na esfera pública, mas especialmente na esfera política.

Poderemos, desde já, responder à questão anteriormente colocada: como é que as associações poderão ter tantas implicações virtuosas se o número de cidadãos que participam é tão diminuto?

De facto, e como vimos, o papel de representação de interesses, bem como o de contribuição para o debate democrático na esfera pública, está muito para além do número de participantes nas associações. Os sindicatos e associações patronais, por exemplo, têm um papel de representação e, também, institucional, cuja importância excede o dos seus filiados. Também o contributo para a discussão pública de organizações ambientais, de direitos humanos ou de solidariedade social, por exemplo, excede o número dos seus filiados, pela capacidade de difusão das suas mensagens nos *media*.

Os efeitos cívicos e democráticos das associações poderão, assim, ser considerados numa perspetiva alargada – versão seminal de difusor da cultura cívica e democrática (Warren, 2001 e 2004). Em síntese os efeitos das associações podem realizar-se a três níveis:

- *efeitos a nível individual*: aumento da informação, dos conhecimentos, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral;
- *efeitos a nível da esfera pública*: contribuição para a discussão pública e deliberação democrática; contributos para o debate no campo institucional político;
- *efeitos institucionais*: representação de interesses e identidades; suporte de ações coletivas de protesto e resistência; funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Duas questões podemos agora colocar. A primeira tem a ver com as tendências individualistas da sociedade atual que, em combinação com o desenvolvimento da comunicação na Internet, poderiam por em causa a participação associativa no futuro. A segunda questão é saber se as associações têm todas as mesmas funções, ou se diferentes modalidades associativas darão, também, diferentes contributos democráticos.

Sobre a primeira questão poderemos aceitar, primeiramente, que o investimento associativo continuado tenha diminuído, nas suas fórmulas tradicionais, mas tal não significa que esse envolvimento esteja em crise, mas sim que se revela de outras formas. Estudos feitos (Viegas et al, 2010) têm revelado que essa participação tende a ser mais pontual, instrumental e pragmática do que anteriormente. Em segundo lugar temos de reconhecer que o reconhecimento institucional das associações continua elevado. Tomemos, por exemplo, o caso dos sindicatos e associações patronais que são objeto de contínuos apelos dos governos para obterem acordos com essas instituições na concertação social.

As transformações nas associações nos últimos anos vai, também, no sentido da menor militância interna, compensada por um reforço da sua intervenção na esfera pública, quer na representação de interesses de grupo, quer na defesa de valores e normas sociais. Este sentido de mudança aplicar-se-ia aos próprios partidos políticos, na medida em que diminui a ação militante, que é substituída pela relação mediática entre os atores políticos e os cidadãos (Dalton, 1999; Scheisguth, 2004).

Teremos também de considerar que as associações poderão desempenhar funções de coordenação, nomeadamente através de acordos entre si ou com instituições estatais, assim como poderão ter um papel ativo e direto na implementação de políticas públicas. Também nestes casos existem benefícios democráticos, na medida em que os ganhos funcionais e de eficácia governativa contribuem para a legitimação das instituições democráticas.

O segundo paradoxo tem a ver com o declínio do envolvimento associativo nas últimas décadas, assinalado por diversos autores, particularmente Putman (1993 e 2000) e as novas teorias sobre o papel das associações, quer na dinamização da cidadania e melhoria da integração social e das performances económicas (teorias do capital social), quer, nas teorias, mais abrangentes, com

propostas de um novo modelo de governança democrática, com um papel saliente conferido às associações (Cohen e Roger, 1995; Hirst, 1994; Mansbridge, 1995).

De facto, o individualismo crescente das últimas décadas, a par dos desenvolvimentos nas tecnologias de comunicação e consulta à distância, nomeadamente através da Internet, têm substituído as formas mais presenciais de convívio e de investimento nas associações em geral. É claro que esse desinvestimento não é geral e existem formas de intervenção recíprocas entre a Internet e a participação social e política. Mas deixemos esse aspeto de parte.

Outros fatores funcionam em sentido inverso. A complexidade crescente das sociedades desenvolvidas atuais exige que os governos tenham necessidade de entrar em diálogo com as associações, apesar das conflitualidades derivadas da oposição entre o interesse geral e o interesse de feição. Essa necessidade radica na informação privilegiada que essas associações possuem, mas também no interesse dos governos contarem com o apoio das associações da área, para legitimarem as suas posições na opinião pública.

No campo da prestação de serviços as parcerias entre o Estado e as associações, nomeadamente as IPSS, satisfazem todas as partes envolvidas: os indivíduos, porque, ao participarem, aumentam as suas competências ou, como utentes, beneficiam de um serviço; as IPSS porque alargam o seu campo de ação; o Estado porque, numa altura de retração de gastos, encontram uma fórmula de regular e manter os serviços prestados aos cidadãos, com um investimento menor.

Assim se compreende o paradoxo enunciado. Poderá haver menos indivíduos inscritos em associações, pelo menos nas associações tradicionais, mas estas têm um papel institucional crescente, quer pelo efeito amplificador dos *media*, mas também pelo reconhecimento institucional que lhes é conferido pelo Estado.

Os efeitos democráticos das associações não poderão ser definidos na generalidade, isto é, sem considerarmos qual a associação em causa. Esta questão reenvia-nos para uma definição tipológica das associações.

Tendo em conta as funções que desempenham propomos três tipos de associações: associações de “integração social”, associações de “defesa de

interesses de grupo” e associações que expressam “os novos movimentos sociais”. As associações de “integração social” englobam, no nosso caso empírico, as seguintes modalidades associativas:

- associações de “solidariedade social e religiosas”;
- associações “desportivas culturais e recreativas”;
- associações “de pais e moradores”.

As associações de “defesa de interesses de grupo”, englobam as seguintes modalidades associativas:

- sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas
- associações empresariais ou financeiras.

No nosso modelo os partidos políticos serão considerados separadamente.

As associações que expressam “os novos movimentos sociais” englobam as seguintes modalidades associativas:

- as associações de defesa dos direitos de cidadania;
- as associações de consumidores;
- as associações ecologistas e ambientais;
- as associações de defesa dos animais.

O interesse desta tipologia é que ela permite distinguir as associações pelo seu contributo fundamental para cada uma das funções acima referidas: de integração social, de representação de interesses ou de contribuição para o debate na esfera pública.

Com esta distinção estamos em condições de analisar os dados tendo como referência principal o caso português.

2 – Padrões de envolvimento associativo: o caso português numa perspetiva comparativa e evolutiva

Uma primeira questão a analisar tem a ver com o nível de envolvimento associativo em Portugal, usando para tal uma pluralidade de fontes informativas. Queremos resultados fiáveis mas também evolutivos (ver Quadros 1 e 2).

QUADRO 1 · Índice de pertença associativa em Portugal* (1990-2006)

Número de Associações	EVS 90 %	EVS 99 %	CID 2001 %	ESS 2002 %	PDD 2006 %
Três ou mais	6	3	6	4	7
Duas	8	4	9	6	7
Uma	20	21	28	19	21
Nenhuma	66	72	57	71	65
Total	100	100	100	100	100

Fontes: *European Value Survey*(EVS) 1990 e 1999; *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001; *European Social Survey* (ESS) 2002; *Participação e Deliberação Democráticas* (PDD) 2006

*Valores arredondados às unidades.

Com base nos dados apresentados no Quadro 1 podemos verificar que a percentagem de sujeitos que pertencem a associações voluntárias não sofreu grandes alterações de 1990 para 2006, à exceção dos dados obtidos em 2001, se tivermos em conta a percentagem de respondentes que diz não ter pertencer a nenhuma associação².

Ao integrarmos os dados relativos a Portugal no contexto europeu ficamos com uma ideia mais clara do nível de envolvimento associativo (ver Quadro 2). Este quadro mostra o número de associações em que os cidadãos se envolvem em oito países europeus. A discrepância dos dados relativos a Portugal entre os dois quadros deve-se ao facto que neste quadro estarem representados os valores referentes ao envolvimento e não à pertença associativa. Por envolvimento associativo entende-se pelo menos uma das diferentes modalidades de participação: (1) ser membro; (2) doar dinheiro; (3) participar nas atividades e (4) fazer trabalho voluntário, sendo desta forma uma conceção mais abrangente do que aquela que apenas considera a variável ser membro, constante nos inquéritos internacionais do *European Value Survey* e do *European Social Survey*.

² Este resultado também pode ser explicado pelo facto de, no estudo CID 2001, a bateria de indicadores de participação associativa estava muito discriminada: 27 modalidades de associações. Ora, com maior número de associações apresentadas a taxa de resposta tende a aumentar, como é reconhecido pelos investigadores (Morales e Geutz, 2007).

QUADRO 2 · Índice de envolvimento associativo por país *(Portugal, Espanha, Alemanha Ocidental, Holanda, Noruega, Dinamarca, Moldávia e Roménia) (CID 2001)(%)

Número de Associações	PORT.	ESP.	ALEM. Ocíd.	HOL.	NOR.	DIN.	MOL.	ROM.
Três ou mais	11	13	22	62	73	57	3	2
Duas	12	12	21	16	13	20	3	4
Uma	30	24	27	11	9	15	14	14
Nenhuma	47	51	30	11	5	8	80	80
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Projecto de investigação *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001

*Valores arredondados às unidades.

Pelo Quadro 2 podemos verificar que o envolvimento associativo em Portugal é muito semelhante ao de Espanha, apresentado valores mais elevados que os dois países do leste europeu considerados (Moldávia e Roménia) e com valores inferiores aos dos países do centro e norte da Europa. É nos países nórdicos (Noruega e Dinamarca) que encontramos a maior percentagem de indivíduos envolvidos em associações a nível global (superior a 90%) e em três ou mais associações – 73% na Noruega e 57% na Dinamarca.

Interessa, agora, compreender o envolvimento associativo português numa perspectiva comparada, através da utilização de tipos de associações, numa fase inicial desagregada por modalidades e, mais à frente, complementada com a tipologia proposta de quatro associações.

Com esta primeira análise pretende-se observar quais são os tipos de associação em que os portugueses mais e menos se envolvem. De acordo com os dados apresentados no Quadro 3 verificamos que são as “associações desportivas, culturais e recreativas” e as “associações de solidariedade social e religiosas”, aquelas que em Portugal representam a maior fatia do envolvimento associativo, estando muito próximas dos valores da Espanha e com níveis superiores aos países do leste europeu considerados. Tal como ficou demonstrado em estudo anterior (Viegas, 2004), este tipo de associações caracteriza-se pelo seu impacto ao nível da integração social dos seus membros e pela fraca contribuição para o debate na esfera pública.

QUADRO 3 · Pertença associativa em 8 países europeus (CID 2001) (%)

Tipo e modalidades de associações	PORT.	ESP.	ALEM. Ocid.	HOL.	NOR.	DIN.	MOL.	ROM.
Tipo: “novos movimentos sociais”								
1. Defesa de direitos de cidadania, valores, consumidores e automobilistas	4	9	24	65	58	26	3	2
Tipo: “integração social”								
2. Pais e moradores	4	9	3	23	38	40	3	5
3. Solidariedade social e religiosas	11	9	14	36	16	21	4	4
4. Desportivas, culturais e recreativas	22	20	43	51	49	57	5	3
Tipo: “representação de interesses”								
5. Interesses empresariais ou financeiros	2	3	2	10	11	11	4	2
6. Sindicais, profissionais e pensionistas	7	12	15	33	61	70	7	8
Outros tipos de associações								
7. Partidos políticos	2	2	3	8	8	7	3	4
8. Outras associações (não especificadas)	11	0	4	9	10	7	1	0

Fonte: *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001

Pelo contrário, as associações com mais forte potencial de participação e contribuição para a esfera pública, como as “associações de consumidores” e as “associações de defesa de direitos, cidadania e valores sociais” (agregadas na primeira linha do quadro 3) são as que em Portugal apresentam as percentagens de indivíduos com envolvimento mais baixos, ficando muito aquém das percentagens obtidas em Espanha e sobretudo dos países do centro e norte europeus.

Um outro dado interessante para compreender os padrões de envolvimento associativo em Portugal é a utilização de indicadores de envolvimento ativo e passivo. Por envolvimento passivo entende-se a percentagem de indivíduos que são “membros da associação” e, por envolvimento ativo, a percentagem de indivíduos que “fazem trabalho voluntário”. Estas duas categorias não são mutuamente exclusivas pelo que muitos dos indivíduos inquiridos acumulam os dois tipos de envolvimento associativo.

Através de uma análise diacrónica, onde são incluídos dados relativos a inquéritos internacionais de 1990 a 2006, por tipo de associação, tal como definida no ponto anterior, podemos avançar para uma análise mais detalhada dos padrões de envolvimento associativo português.

Assim, podemos verificar que a maior participação em associações de “integração social” é uma constante, apresentado os valores mais elevados, quer ao nível do envolvimento passivo como ativo. No entanto, é de denotar que o nível de participação neste tipo de associações tem diminuído, como se pode verificar em 2002 e 2006.

QUADRO 4 · Envolvimento associativo passivo (P) e ativo (A), dados comparativos para Portugal 1990, 1999, 2001, 2002 e 2006* (%)

Tipo de Associação / organização	EVS 90		EVS 99		CID 01		ESS 02		PDD 06	
	P	A	P	A	P	A	P	A	P	A
1. Novos movimentos sociais	3	1	2	1	4	1	4	1	1	1
2. Integração social	28	15	21	12	31	17	19	3	19	12
3. Defesa de interesses de grupo	2	2	1	1	9	2	8	1	4	1
4. Partidos políticos	4	3	2	1	2	2	4	1	2	1

Fontes: *European Value Survey (EVS)* 1990 e 1999; *Citizenship Involvement and Democracy (CID)* 2001; *European Social Survey (ESS)* 2002; *Participação e Deliberação Democráticas (PDD)* 2006

*Valores arredondados às unidades.

Os dados de 2006 revelam, ainda, uma diminuição da participação passiva e ativa nos vários tipos de associações consideradas, com maior destaque para as associações de “novos movimentos sociais” e de “defesa de interesses de grupo”. A sua menor expressão em Portugal pode ser um fator a ter em linha de conta, num momento em que se assiste a um desinvestimento dos cidadãos nas suas atividades associativas. Parece ficar claro que não se revela um aumento de investimento em associações relacionadas com os “novos movimentos sociais”, o que vai ao arrepio do que dizem as teorias da modernização cultural, nomeadamente de Inglehart (1977 e 1997). É claro que um período de cinco anos é pouco para detetar tendências de longo prazo. Julgamos no entanto, que a conjuntura de crise económica e financeira deste período, acompanhada de reformas com incidência nos níveis de rendimento das classes médias, podem explicar este desinvestimento associativo.

Relativamente às associações de defesa dos interesses de grupo o decréscimo de investimento deverá ser relativizado. De facto, ele só é evidente se nos reportarmos aos valores imediatamente anteriores, de 2002, mas vendo a

série toda verificamos que não podemos dizer que existe uma tendência sustentada para a queda.

Conclusões

Relativamente à participação em associações, globalmente considerada, isto é, sem desagregarmos por tipo de associação, poderemos dizer que não se manifestam significativas mudanças no período considerado e, a haver, elas seriam no sentido da diminuição. Os números absolutos baixos recomendam, no entanto, alguma reserva de leitura no referente a esta última afirmação (perda de significado estatístico).

O envolvimento maioritário, em Portugal, localiza-se em associações que designámos como de “integração social”, o que está de acordo com o que já tínhamos detetado em 2001, e que também é evidenciado em outras pesquisas, sendo uma característica do padrão de envolvimento associativo no nosso país. A haver mudança, neste campo, ela seria no sentido da diminuição do envolvimento.

Seguindo à risca as teorias da modernização, nomeadamente da modernização cultural de Inglehart (1977 e 1997), o envolvimento em associações que expressam os novos movimentos sociais deveria ter aumentado em Portugal de 2001 a 2006. De facto tal não aconteceu e, mais uma vez diríamos, agora talvez com mais razão, que a tendência foi mesmo para a diminuição neste tipo de associações.

A explicação anteriormente avançada é que, por um lado, este período é curto para se manifestarem mudanças significativas e, por outro lado, ele foi marcado por uma conjuntura de retração económica e financeira, com especial incidência nas classes médias mais instruídas, justamente aquelas que protagonizam a mudança de valores políticos e sociais.

Finalmente é de registar que as associações de defesa de interesses, que incluem os sindicatos, não regista variações com significado estatístico de 2001 para 2006 (pesquisas feitas com os mesmos indicadores) pese embora o acréscimo de visibilidade destas associações nos últimos anos, o que vai ao encontro do que dissemos: a maior presença institucional e na esfera pública não indicia, necessariamente, um aumento de envolvimento dos cidadãos nas associações.

Bibliografia

- Cohen, Joshua e Joel Rogers (1995) "Secondary Associations and Democratic Governance", in Erik Olin Wright (eds), *Association and Democracy*. Londres/Nova-Yorque: Verso, pp 7-100.
- Dalton, Russel (1999), "Political support in advanced democracies", em Pippa Noris (org) *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press.
- Hirst, Paul (1994) *Associative Democracy – new forms of economic and social governance*. Amherst: The University of Massachusetts Press.
- Mansbridge, Jane (1995) "A Deliberative Perspective on Neocorporatism", in Erik Olin Wright (org) *Associations and Democracy*. Londres/Nova-Yorque: Verso, pp 132-147.
- Inglehart, Ronald (1977), *The Silent Revolution: Changing values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, Robert (1993) *Make Democracy Work: Civic Traditions on Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, Robert (2000) *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova-Yorque: Simon Schuster.
- Roteutscher, Sigrid (2000) "Democracia associativa: as associações voluntárias como campo de treino para a democracia?", in José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs), *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta, pp 233-254.

-
- Roseblum, Nancy (1998), *Membership & Morals: The Personal Uses of Pluralism in America*. Princeton: Princeton University Press.
- Schweisguth, Etienne (2004) "Convergência ideológica e declínio do interesse político", em J. M. Leite Viegas, A. Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs), *Democracia Novos Desafios, Novos Horizontes*. Oeiras: Celta editora.
- *Tocqueville, Alexis (2001) *Da Democracia na América*. Cascais: Principia.
- Viegas, José Manuel Leite Viegas (2004) "Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: o Caso Português numa Perspectiva Comparativa europeia", *Sociologia – Problemas e Práticas*. Oeiras: Celta, pp. 33-50.
- Viegas, José Manuel Leite et all, (2010) "Envolvimento associativo e mobilização cívica", in JM Leite Viegas, Susana Santos e Sérgio Faria (orgs), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Mundos Sociais, pp 157-180.
- Warren, Mark (2001) *Democracy and Associations*. Princeton: Princeton University Press.
- Warren, Mark (2004) "Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?" em José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.), *Democracia: Novos desafios, Novos Horizontes*. Oeiras: Celta Editora.